



A ANÁLISE MULTIESCALAR NOS ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Autores:

Taciane Lais da Silva - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNIS - tacianelaisdasilva@gmail.com
Virginia Elisabeta Etges - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNIS - etges@unisc.br

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo principal refletir sobre as implicações no desenvolvimento regional da articulação das múltiplas escalas de análise e como essas interferem na dinâmica do território. Entende-se, portanto, que o território se apresenta como expressão relacional de múltiplas escalas, de processos que se articulam entre si, formando a totalidade. Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, abordando a compreensão política do território, seguida de uma breve contextualização sobre a compreensão do conceito de escala e a abordagem escalar nos processos de desenvolvimento territorial. Posteriormente discute-se as escalas e suas implicações na dinâmica territorial. Cabe destacar que cada conflito e tensão têm suas escalas específicas, contudo, uma possibilidade de articular e enfrentar os desafios postos por essa diversidade encontra-se na esfera do Estado Nacional. Entende-se que esta é uma maneira de expor os conflitos de interesses, mas também de pautar a construção de políticas públicas que estejam coerentes com o projeto de desenvolvimento da sociedade.

A ANÁLISE MULTIESCALAR NOS ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Introdução

O presente artigo tem por objetivo principal refletir sobre as implicações no desenvolvimento regional da articulação das múltiplas escalas de análise e como essas interferem na dinâmica do território. Entende-se, portanto, que o território se apresenta como expressão relacional de múltiplas escalas, de processos que se articulam entre si, formando a totalidade.

Nesse sentido, compartilha-se da visão de Rambo e Filippi (2014) ao afirmarem que as discussões sobre o desenvolvimento cada vez mais estabelecem relação com o território. As pesquisas sobre os territórios, sobretudo os territórios rurais, têm avançado na compreensão do território como um espaço interdisciplinar, de conflito, mas também de mediação, em que as particularidades são parte fundamental da região enquanto categoria de análise.

Com isso também aumenta a necessidade de análise do território e as relações que o compõem. Neste artigo aborda-se a escala espacial, tomada como objeto e construção social. De acordo com Brandão (2008, p.13), “a abordagem escalar provê robustos elementos para se analisar a ação de sujeitos sociopolíticos, porém não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos da história e geograficamente determinados e mediados”. Ademais, como afirma Smith (2002, p.141) “*no existe ninguna teoría social de la escala geográfica sin mencionar el materialismo histórico*”.

Portanto, entende-se que as escalas espaciais estão constantemente em movimento de transformação, no território. Compreende-se que o território é uma unidade privilegiada da representação de uma determinada sociedade, onde acontecem os mais diversos processos de desenvolvimento e de conflitos. Segundo Brandão (2008, p.13), “a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjunturalmente em cada circunstância histórica e geográfica”.

Sabe-se que existem complexas configurações de escalas, as quais são resultantes da heterogeneidade territorial, mas também tensionadas pelo modo de produção dominante. Nesse sentido, o território é percebido como um espaço de resistência, movido por coalizões e tensões

geradas pelas relações de poder que nele se manifestam. O território, nesse sentido, é também mobilizado pelas expressões dos atores sociais nos processos históricos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais particulares, a partir das quais potencialidades de desenvolvimento socialmente justo e equitativo podem ser identificadas e fomentadas.

Nessa perspectiva, de acordo com Reis (2006, p.07), “os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada”. Isso é resultado da formação sócio histórica do território e seus processos, a interpretação das dinâmicas que ocorrem nas diversas escalas expressam a genealogia do território. Favareto (2015, p. 20) afirma que é necessário ir mais adentro na compreensão, e alerta que “é preciso focalizar as interdependências entre o todo e as partes e para a dialética que, dessa composição, conforma o real”.

Todo esse processo mobiliza várias escalas, as quais podem ser municipais, regionais, estaduais, nacionais, globais, e/ou construídas socialmente, como distintos níveis de interação. Essa representação de fenômenos e dinâmicas sociais se manifestam no território, o qual por si só, já explicita em seu conceito a multidimensionalidade e a multiescalaridade, implicando na formulação de políticas públicas que tenham como alvo a base social dos território. Dessa forma, os programas são pensados para serem implementados através da articulação de projetos e ações criados desde diferentes escalas espaciais, que incidem no mesmo território.

Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e está subdividido em quatro seções, além dessa introdução. Na primeira seção será abordada a compreensão política do território, seguida de uma breve contextualização sobre a compreensão do conceito de escala e a abordagem escalar nos processos de desenvolvimento territorial. Posteriormente discute-se as escalas e suas implicações na dinâmica territorial. Por fim apresenta-se as considerações finais, referentes à temática abordada.

A ABORDAGEM TERRITORIAL E A COMPREENSÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO

O conceito de território aqui abordado é o território usado o qual, de acordo com Santos *et al* (1998), constitui-se de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Além disso, o território também se apresenta como uma imbricação de relações de poder, por vezes marcado por relações econômicas e políticas, ou outras vezes por relações mais simbólicas, culturais. Segundo Raffestin (1993, p.14):

Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Assim, de acordo com Brandão (2008), as manifestações de hegemonias, tensões e conflitos existem e se reproduzem em todas as escalas espaciais, mas as determinações mais gerais de acumulação capitalista estão cada dia mais visíveis na região. Aponta-se, portanto, para a necessidade de entender as transformações sistêmicas do desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações no território.

Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa (BRANDÃO, 2008, p. 12).

Raffestin (1993) compara o território a uma malha repleta de nós e redes, que articula os elementos fundamentais para o exercício do poder. Sendo a malha o substrato do território, os nós cumprem o papel de atribuir limites, estabelecendo redes, fortalecendo os limites da malha e possibilitando o dinamismo no território, no qual os pontos atuam como o posicionamento dos múltiplos atores nos locais de poder. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial se refere ao exercício de poder de diversos atores sobre o espaço por meio de ações, estratégias, projetos e políticas, com a perspectiva de corresponder às demandas e interesses dos atores envolvidos, remetendo ao uso político do território.

O território é dinâmico e multifacetado, permeado por diferentes escalas de intervenção, e esses são alguns dos motivos pelos quais as relações de poder ocupam um dos papéis mais importantes para compreensão das dinâmicas sócio-espaciais de um determinado território. Essa questão é determinante no sentido de demonstrar quais os atores sociais protagonizam a hegemonia do poder. Para conhecer o território é necessário interpretar os meandros do processo que viabiliza a reprodução dos que detêm a hegemonia do poder em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos da sociedade. Existe, portanto, a possibilidade de reinvenção dos usos do território de acordo com as demandas e os interesses dos atores territoriais.

O SIGNIFICADO DE ESCALA

O termo escala, por ter seu uso naturalizado, muitas vezes parece desprovido de sentido, mas a escala é essencial na cartografia, indicando as medidas do real e sua representação gráfica. Contudo, esse conceito de escala é um tanto limitado, pois não se pode analisar os fenômenos apenas na sua expressão matemática. Essa discussão conceitual começa a tomar amplitude e expressar a necessidade da representação dos distintos modelos de percepção e concepção do real (CASTRO, 2000). Não é possível reduzir a escala a tamanho, não é cabível tamanha objetividade geométrica e associar escala cartográfica e espacial.

Castro (2000) discute o conceito de escala e levanta uma problemática sobre a necessidade de se ter uma definição conceitual e metodológica mais consistente sobre o tema, o qual ainda requer grande esforço de reflexão. Contudo, pode-se afirmar que a escala espacial pode ser considerada um recurso analítico, a qual da visibilidade ao real. Portanto, o real pode ser

entendido como uma amostra/recorte, mas esse recorte deve ser analisado sempre na relação com seu entorno e com as demais escalas.

Rambo e Rückert (2008) afirmam que deve-se considerar que os processos de desenvolvimento territorial apresentam, de certa forma, um protagonismo dos atores sociopolíticos quanto ao exercício de poder e gestão sobre seus territórios, contudo esses não se mantêm isolados dos atores das demais escalas. Assim, as ações territoriais certamente não teriam o mesmo sucesso ou resultado se realizadas de forma individual e isolada.

Sendo assim, analisando o caso brasileiro, observa-se a necessidade de políticas públicas que possam prover acesso a bens e serviços nos diversos territórios. As escalas espaciais, de análise e de ação são um caminho para a implementação dessas políticas no território. Segundo Brandão (2015, p.07):

Forças sociais heterogêneas esculpíram no território nacional uma das dez maiores e mais complexas economias e sociedades nacional-urbano--industriais do planeta e uma das sociedades mais desiguais, excludentes e predatórias. Uma nação com construção travada, tendo no núcleo de seu poder uma das elites mais conservadoras e retrógradas já existentes na história mundial e uma imensa massa populacional destituída de direitos, cidadania plena e acesso adequado a bens e serviços coletivos.

Dessa forma, entende-se que é fundamental possibilitar suporte em infraestrutura para prover bens e serviços públicos e de uso coletivo para que toda a sociedade tenha cidadania plena garantida, que seja ofertada territorialmente e de forma adequada. Nas palavras de Brandão (2015, p.07), “este enorme espaço-mosaico em movimento, chamado Brasil, é simultaneamente dinâmico, heterogêneo e desigual”. O espaço é também uma produção social em disputa, a escala espacial, por ser uma dimensão do espaço vai muito além do que somente uma representação cartográfica, métrica e estática, bem pelo contrário, as escalas são extremamente dinâmicas e são instâncias onde a vida social é organizada e reproduzida.

Segundo Brandão (2015, p.08), as escalas espaciais no campo das Ciências Sociais são consolidadas em:

1 - escala, como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico, prisma e campo de observação; 2) escala, enquanto categoria da prática, plano discursivo e narrativa, campo e instrumento de projetos e estratégias de desenvolvimento que se encontram em disputa.

Existe um desafio científico e político, no sentido de determinar o que cada escala pode mostrar cientificamente e de quais ferramentas e meios políticos cada escala poderá dispor para mobilizar, comandar ou regular.

A escala espacial, a qual é socialmente produzida, passou a ser percebida como uma possibilidade para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no território. Essa compreensão é política, estabelecendo uma distinção entre campos de lutas sociais pelo controle de determinado

espaço. Essa política de escala, de acordo com Brandão (2015), se manifesta no estabelecimento de arenas, nas quais se busca o formular acordos e mediar conflitos, etc. Portanto, escala espacial é também uma arena política e espaço de exercício de poder. A escala, todavia, deve ser compreendida como representação, na qual os atores sociopolíticos buscam dar sentido simbólico e real para suas decisões e ações.

ABORDAGEM ESCALAR NA COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

De acordo com Rambo e Filippi (2014) na década de 1980, autores como Peter J. Taylor e Neil Smith realçaram a importância dos estudos sobre escalas, que vão além do viés apenas cartográfico, enfatizando que este viés seria indispensável na geografia política, o que de fato promoveu espaço para debates posteriores.

A discussão sobre as escalas é de grande relevância. Portanto, entende-se que o espaço é multiescalar e aberto a múltiplas determinações e possibilidades. Reconhecer a escala em seu movimento é essencial para identificar, mas também para observar sua trajetória, em escalas específicas, com outros atores e processos que possibilitem gerar relações entre eles. Assim, adota-se, nesse entendimento, que ao ser uma escala atributo do espaço multidimensional, ela se reconfigura, uma vez que é o espaço que flui e se transforma (RAMÍREZ, 2018).

Ramírez (2018) critica a supervalorização que as pesquisas mais contemporâneas deram aos processos de globalização, como se essa fosse uma solução para promover uma transformação endógena, econômica e social, na América Latina. Esse processo provocou um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, atribuindo à escala local a importância de se vincular automaticamente à escala global, supervalorizando de forma desmedida as duas escalas, minimizando o significado dos contextos e dos atores sociopolíticos, que são muito importantes para a definição dos fenômenos que se quer analisar.

Nesse sentido, o manejo das escalas necessita de um redimensionamento das mesmas para configurar processos mais integrados. A escala não produz as relações, mas os atores se localizam em escalas específicas e dessa forma geram possibilidades de produzir relações distintas, situadas em escalas determinadas. Considerar esse processo, metodologicamente, é extremamente importante, pois através dele será possível precisar a maneira, o alcance e a exatidão para a identificação das escalas durante uma investigação. Sendo assim, para identificar a reestruturação das relações sociais, a identificação da localização espaço/escala/atores é fundamental. Segundo Ramírez (2018, p.158) “a relação reproduz e faz com que a escala apareça e, inversamente, para que se possa afirmar que existe uma relação dialética entre escala e relação”. O fato é que se faz necessário reconhecer as relações que existem no território.

Ramírez (2018) enfatiza que esse debate vem sendo realizado de forma intensa em países anglo-saxônicos, mas não vem tendo muita ascendência entre os pesquisadores na América Latina. Na opinião de Ramírez (2018), a consequência disso é uma apologia dos enfoques localistas que mudam essa relação de maneira automática, mas que estão muito distantes de conter no seu interior um manejo integral da produção do espaço. Essa situação limita muito o entendimento relacional dos processos. Existe uma bifurcação entre a teoria anglo-saxônica ou francesa, e as

reflexões e análises dos processos que se desenvolvem nesses países, com o caso empírico regional e latino-americano.

Smith (2002) demonstra preocupação com a falta de uma discussão explícita sobre o espaço e a espacialidade, considera que isso pode ser um obstáculo para o desenvolvimento de uma política emancipatória. Smith (2002, p.131) afirma que “*la producción de escala geográfica es el principal recurso a través del cual la diferencia geográfica se organizada*”. O autor também entende que a teoria política da escala geográfica está inserida na conceitualização central da teoria social geograficamente constituída, o que ajuda a situar o dilema de como negociar entre a diferença e as diferentes posições relativas do território. Nesse sentido, Smith afirma que as escalas geográficas possuem uma conexão sistemática:

La escala global puede ser concebida como la escala del capital financiero y el mercado mundial, y se diferencia interna y principalmente de acuerdo con las condiciones comparativas, costos y capacidades organizativas y tendencias de la fuerza de trabajo. La escala nacional se construye vía cooperación política-militar y competición, pero es dividida en regiones según cuestiones económicas que también relacionan el trabajo. La escala local, por el contrario, puede ser vista como la escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente.[...] La escala de la casa se establece por unidades de reproducción social y se diferencia internamente, principalmente, según las relaciones de construcción y reproducción de género (SMITH, 2002, p. 143).

As instituições do estado possuem um papel decisivo na demarcação, reprodução, modificação e na geração das hierarquias escalares, nas quais a vida cotidiana está moldada na sociedade capitalista. Salienta-se, portanto, que não existe uma escala ideal para o desenvolvimento, pois a conquista deste propósito está relacionado ao poder dos atores no território, e isto acontece nas múltiplas escalas entre o local e o global, tendo em vista que a dinâmica do território não se apresenta como uma pirâmide fluida de forma unidirecional, mas sim como mosaicos de diversas formas, marcados por interesses de diversos atores sociais (RAMBO, FILIPPI, 2014).

Dessa forma, entende-se as escalas como representações sócio espaciais dos processos de desenvolvimento. Assim, a análise escalar mostra-se como uma metodologia adequada para entender o desenvolvimento nos territórios, ao mesmo tempo em que se faz necessária a identificação de atores sociais que protagonizam esses processos de mobilização das escalas. Entende-se que esta é uma maneira de expor os conflitos de interesse, mas também, de pautar a construção de políticas de desenvolvimento territorial que estejam coerentes com o projeto de desenvolvimento da sociedade.

AS ESCALAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA DINÂMICA TERRITORIAL

Para entender os processos de diferenciação espacial das escalas do espaço geográfico é fundamental a compreensão do conceito de formação sócio espacial, formulado por Santos (1977), em que afirma que uma sociedade só se torna real através do espaço que ela própria constrói, posto que o espaço só se torna compreensível por meio dessa sociedade, da qual é uma esfera constitutiva. Assim, a formação social é uma particularidade espaço-temporal de certo modelo de produção, ou seja, é uma associação particular e relacional de tempo e de espaço do modo de produção dominante.

O modo de produção capitalista tende a homogeneizar os territórios, mas isso não acontece, segundo Santos (1977), porque a intervenção do capitalismo passa pela mediação das formações sócio espaciais, as quais estão situadas no plano das particularidades. Essas, portanto, são etapas de um processo histórico do crescimento diferenciado das sociedades, as quais expressam a diferenciação espacial, o que explica a distinção das regiões umas das outras.

Conforme discutido desde o início deste artigo, entende-se que existem várias escalas intermediárias entre o local e o global. Contudo, acredita-se nas particularidades marcadas pelas heterogeneidades estruturais, as quais são construídas nos territórios, constituindo uma série de relações sociais, políticas e culturais. Percebe-se, então, de acordo com Brandão (2007) a necessidade de construção da escala regional e que essa fundamentalmente precisaria exercer domínio, controle, e desempenhar um papel de moderação e mediação, para buscar neutralizar as condições predatórias e destrutivas da mercantilização desenfreada.

A região, muitas vezes, é percebida como um espaço de resistência, no entanto, essa afirmação é um tanto relacional, tendo em vista que depende muito das coalizões e tensões geradas pelas relações de poder que existem no território. Nesse sentido, o território é também agente, e não meramente passivo de ações externas, fazendo que cada região responda de uma determinada forma às ações das diversas escalas no território. O que acontece de fato é muito mais contingente, dependendo da formação sócio-histórica do território e seus processos, pois a interpretação das dinâmicas que nessa escala ocorrem depende da genealogia do território, as quais promovem as mudanças (REIS, 2006).

Dessa forma, é possível compreender que o local não é meramente reflexo do global, pelo contrario, existem outras escalas que possuem capacidade de agência e de resistência como, por exemplo, um processo que surge no território, independentemente do que acontece no global. Assim, a região deve ser conhecida não apenas como mediadora, mas sim como parte de uma totalidade social que deve ser entendida desde sua origem, com seus conflitos e contradições. Portanto, não se pode tratar do processo de regionalização do território de uma maneira desvinculada dos demais fenômenos sociais, mas do entendimento do desenvolvimento em sua totalidade no contexto histórico.

Existem grandes problemas estruturais, os quais provocam crises e impactos nos territórios, porém, a gestão do território está constantemente em disputa, tanto pelo Estado, pela sociedade como, também, pelo mercado. Essas correlações de forças, relações de poder, tensões e conflitos que existem em uma macroestrutura se manifestam no território. Nesse sentido, se mostra latente a necessidade de se pensar sobre qual projeto de desenvolvimento se quer

promover, pois os processos são os mais diversos possíveis e, nesse sentido, é preciso negociar em meio a coalisões, mediar a negociação em meio à pluralidade de atores sociais e de interesses. Além disso, apresenta-se a necessidade de constituição de novos espaços de gestão do território, a territorialização das decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se abordar neste artigo as implicações no desenvolvimento regional da articulação das múltiplas escalas de análise e como essas interferem na dinâmica do território. Percebeu-se que a abordagem escalar é bastante complexa, tendo em vista que a dinâmica do território não se apresenta como uma pirâmide fluida de forma unidirecional, mas sim como mosaicos de diversas formas marcados por interesses de diversos atores sociais (RAMBO, FILIPPI, 2014). Portanto, entende-se as escalas como representações sócio espaciais dos processos de desenvolvimento, cuja dinâmica resulta da ação dos diversos atores no território.

O método de análise do território através da abordagem escalar, segundo Rambo e Filippi (2014, p. 270), “possibilita identificar quais escalas são mobilizadas pelos atores; quais e como os atores constituem novas escalas de gestão”. Assim, essa abordagem abre a possibilidade para analisar de que maneira acontecem as dinâmicas territoriais de desenvolvimento, fornecendo auxílio aos *policymakers*, bem como aos atores do território. Trata-se de uma abordagem ideal para analisar o que acontece no interior e entre territórios qualitativamente diferentes. As escalas são esses territórios qualitativamente distintos: “a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares”, como afirma Smith (2000, p. 142).

Conclui-se, portanto, que a abordagem escalar das dinâmicas territoriais mostra-se como uma metodologia complexa e que mobiliza múltiplos atores sociais, em diversas escalas importantes para os processos de desenvolvimento.

Cabe destacar que cada conflito e tensão têm suas escalas específicas, contudo, uma possibilidade de articular e enfrentar os desafios postos por essa diversidade encontra-se na esfera do Estado Nacional. Entende-se que esta é uma maneira de expor os conflitos de interesses, mas também de pautar a construção de políticas públicas que estejam coerentes com o projeto de desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. *Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder*. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, Editora Alínea, 2007. Disponível em <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper37.pdf>> Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. *Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil*. Revista e-metropolis, Nº23, 2015.

_____. *Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais*: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO,

M.; MILANI, C. (orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

CASTRO, Iná. O problema da escala. In: *Geografia: conceitos e temas/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

FAVARETO, A. et. al. *Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil*. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. RÜCKERT, A. *Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão - o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS*. Revista Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul./dez. 2008.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. *A análise escalar nos estudos das dinâmicas territoriais: considerações a partir de experiências de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2014.

RAMÍREZ, B. Do debate sobre as escalas à apologia localista na América Latina. In: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V.; RIBEIRO, L. *Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina/ organização - 1. ed.* - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

REIS, José. *Uma Epistemologia do território*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006. Disponível em: < http://www.uesc.br/cpa/artigos/uma_epistemologia_territorio.pdf> Acesso em: 13 out. 2018.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.

SANTOS, M. SOUZA, M. SILVEIRA, M. *Território globalização e fragmentação*. Ed. Humanismo. São Paulo, 1998.

SMITH, Neil. *Geografia, diferencia y políticas de escala*. Terra Livre, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ano 18, n19, p.127-145, 2002.